

FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO COM PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO CAPÃO DO LEÃO (RS)

PERSONAL FINANCE: A STUDY WITH TEACHERS FROM THE CAPÃO DO LEÃO MUNICIPAL EDUCATION NETWORK (RS)

Daniela Pinto Barros

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil, daniela_pbarros@yahoo.com

Luciana Nunes Ferreira

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil, luciana.ferreira@ufpel.edu.br

Isabel Teresinha Dutra Soares

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil, isabel.teresinha@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/gesto.v10i1.269> Recebido em: 12/10//2021 Aceito em: 12/11/2021

Resumo: Pesquisas recentes a respeito do comportamento financeiro dos brasileiros destacam o fato de aproximadamente 81% dos entrevistados saberem pouco ou nada de suas finanças e de 62,2% estar com dívidas, independentemente da classe social a que pertencem. Este estudo, de natureza aplicada e abordagem quantitativa, teve o intuito de analisar a relação entre o perfil financeiro e a propensão ao endividamento dos professores da rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS). Para alcançá-lo, foi aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas a 78 docentes, obtendo-se 75 respostas válidas. A partir dos resultados coletados, constatou-se que a maioria dos respondentes realiza algum tipo de planejamento das finanças pessoais, reconhecendo tal instrumento como uma ferramenta eficiente para fazer a gestão adequada dos seus proventos. Também foi possível delinear dois perfis quanto ao relacionamento com o dinheiro e o endividamento: o construtor e o despreocupado. O perfil construtor tem como características o planejamento, o controle e a organização financeira. Já o perfil despreocupado é observado nas pessoas que tomam decisões, referentes ao dinheiro, por impulso, sem planejar ou controlar suas finanças. Em relação à educação financeira, apesar de demonstrarem algum conhecimento, os entrevistados carecem de instruções mais consistentes a fim de se tornarem multiplicadores.

Palavras-chave: Finanças Pessoais; Endividamento; Perfil Financeiro de Professores; Educação Financeira

Abstract: Recent surveys on the financial behavior of Brazilians highlight the fact that approximately 81% of respondents know little or nothing about their finances and 62.2% are in debt, regardless of the social class to which they belong. This study, of an applied nature and a quantitative approach, aimed to analyze the relationship between the financial profile and the propensity for indebtedness of teachers in the municipal education network of Capão do Leão (RS). To achieve such aim, a structured questionnaire with closed questions was applied to 78 professors, obtaining 75 valid responses. From the results collected, it was found that most respondents carry out some type of personal finance planning, recognizing this instrument as an efficient tool to properly manage their earnings. It was also possible to outline two profiles regarding the relationship with money and indebtedness: the builder and the carefree. The builder profile is characterized by planning, control and financial organization. The carefree profile is observed in people who make decisions, referring to money, on impulse, without planning or controlling

their finances. Regarding financial education, despite demonstrating some knowledge, respondents lack more consistent instructions in order to become multipliers.

Keywords: Personal finances; Indebtedness; Financial Profile of Teachers; Financial education.

1 Introdução

Não gastar mais do que recebe. Essa afirmação parece óbvia. No entanto, pesquisas recentes a respeito do comportamento financeiro dos brasileiros, realizadas pelo SPC Brasil (2017, 2018), pelo Serasa Experian (2017) e pela Confederação Nacional do Comércio (2017), demonstram que o conhecimento de tal máxima não se aplica na prática. Entre os dados revelados por essas investigações, destaca-se o fato de aproximadamente 81% dos entrevistados saberem pouco ou nada de suas finanças e de 62,2% estar com dívidas (SPC BRASIL, 2017). O aumento do número de pessoas endividadas no Brasil é alarmante, sobretudo quando se verifica que o endividamento ocorre em todas as classes sociais (SPC BRASIL, 2017).

No Rio Grande do Sul, a situação assemelha-se aos dados nacionais. De acordo com informações de uma pesquisa realizada pelo Instituto Pesquisas de Opinião em novembro de 2017, 65,8% dos gaúchos têm dificuldades para pagar suas contas fixas em comparação ao ano de 2016. Na região sudeste do estado, que compreende cidades como Pelotas, Rio Grande e Capão do Leão, tal percentual é ainda maior, uma vez que 69,6% dos entrevistados enfrentam esse problema.

Nesse contexto, estar endividado significa possuir parcelas a vencer de empréstimos, de financiamentos ou de compras realizadas em prestações (SPC BRASIL, 2018). Diversos fatores contribuem para o endividamento (CERBASI, 2015; TOLOTTI, 2007): falta de controle, planejamento e organização das finanças; desconhecimento dos tipos de dívidas existentes; o hábito de gastar mais do que recebe. Entre os mais importantes está a cultura do endividamento, fenômeno em que, conforme Tolotti (2007, p. 32): “São tantos os endividados que a sociedade absorve isso como um padrão natural e legítimo”. Outro fator recorrente é a ausência de planejamento e de disciplina financeira (HOJI, 2011; CHEROBIM; ESPEJO, 2011) somada à falta de conhecimento em educação financeira (DOMINGOS, 2013). Além desses fatores, o consumo excessivo e não planejado, motivado, muitas vezes pelos apelos da mídia, também representa um agravante para o surgimento das dívidas (TOLOTTI, 2017). Diante desse cenário, evidencia-se a urgência em promover ações que melhorem o relacionamento dos brasileiros com o dinheiro. E, nesse sentido, as finanças pessoais, “ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família” (CHEROBIM; ESPEJO, 2011, p. 1), podem oferecer importantes ferramentas para qualquer indivíduo obter um controle mais adequado dos seus recursos.

Para melhorar essa situação, também é prudente investir em educação financeira. No entanto, para educar financeiramente os alunos do Ensino Básico, deve-se, em primeiro lugar, criar condições para que os professores tenham formação nessa área, ou seja, “que os professores multiplicadores tenham conhecimento e habilidades para administrar suas finanças, para socializar tal conhecimento com os estudantes e demais pessoas a sua volta” (MARCON, *et al.*, 2017, p. 6).

O presente estudo tem como questão norteadora: qual a ligação entre o perfil financeiro e a propensão ao endividamento de professores da rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS)? Para tanto, pretende-se analisar a relação entre o perfil financeiro e a propensão ao endividamento dos professores da rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS). A fim de atingir tal objetivo geral, configuram-se estes objetivos específicos: 1) verificar se os professores têm o hábito de realizar algum tipo de planejamento financeiro; 2) identificar se os professores reconhecem o planejamento financeiro pessoal como um meio de possibilitar um melhor controle das finanças; 3) averiguar o nível de conhecimento dos professores em relação à educação financeira.

A julgar pelo crescente volume de produções científicas sobre finanças pessoais, constata-se o interesse dos estudiosos em fornecer subsídios para que este quadro de endividamento não se torne uma “epidemia social, por já estar atingindo crianças, adultos e idosos” (TOLOTTI, 2007, p. 36). E, para que tal epidemia não se torne realidade, deve-se investir em educação financeira desde as séries iniciais. Todavia, isso só será possível se os docentes tiverem informações adequadas sobre esse assunto a fim de se tornarem agentes multiplicadores. Portanto, são necessárias pesquisas que, além de suscitar provocações a respeito do tema nas escolas, evidenciem o nível de conhecimento dos professores sobre as finanças. Dessa forma, a relevância deste estudo consiste em apresentar uma análise do perfil financeiro de profissionais de educação de uma rede pública de ensino, oferecendo informações para que ações voltadas à capacitação em educação financeira sejam implantadas.

Além desta seção inicial, o artigo possui mais quatro seções. A primeira aborda a revisão bibliográfica a respeito de perfil financeiro, endividamento, planejamento, controle financeiro pessoal, finanças pessoais e educação financeira; a segunda, os procedimentos metodológicos; a terceira, a apresentação e análise dos dados, e a quarta e última parte discorre sobre os resultados, limitações e contribuições desta pesquisa.

2 Referencial Teórico

Nesta seção, a fim de fundamentar teoricamente a pesquisa, são abordados os seguintes temas: perfil financeiro, endividamento, planejamento e controle financeiro pessoal, finanças pessoais e educação financeira.

2.1 Perfil Financeiro

As pessoas costumam ter gostos e hábitos diferentes, além de assumir diversas formas de comportamento segundo a sua personalidade. O mesmo ocorre no que tange ao seu relacionamento com o dinheiro. Especificamente, com base nessa relação, é possível traçar um perfil que possa auxiliar no processo de autoconhecimento financeiro defendido por autores como Cerbasi (2015), Cherobim e Espejo (2011), Domingos (2013) e Hoji (2011, 2014).

A respeito de tal assunto, Domingos (2013) explica que a análise do perfil financeiro é um dos conselhos iniciais que ele dá às pessoas que buscam sua consultoria. Na visão de Domingos (2013, p. 15), “o importante é que o seu perfil seja identificado, pois, a partir de então, você poderá iniciar o processo de conhecimento do seu ‘eu’ financeiro, para entender, afinal de contas, por onde anda o seu dinheiro”. Nesse sentido, ele apresenta quatro perfis observados

em seus estudos: do endividado, do inadimplente, do equilibrado e do poupador, sendo este o comportamento mais saudável na relação com as finanças, visto que não só gasta menos do que recebe, mas também é capaz de reservar o dinheiro que sobra para sonhos, desejos e imprevistos futuros.

Em um estudo realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) junto com a consultoria Na Rua e divulgado no Informativo ANBIMA de novembro de 2017, há o reconhecimento de cinco perfis financeiros entre a população brasileira: o construtor, o camaleão, o planejador, o despreocupado e o sonhador. Conforme a pesquisa, o perfil construtor é “o mais disciplinado entre todos os perfis” (2017, p. 10); o camaleão “se tem mais dinheiro, ele gasta mais e continua a viver no eterno equilíbrio de dar um jeito para pagar as contas” (2017, p. 16); o planejador, em qualquer classe social, é “alguém bem-sucedido em seu negócio, investimento ou trabalho” (2017, p. 23); enquanto o despreocupado não costuma fazer nenhum tipo de planejamento, preferindo “aguardar o que a vida pode lhe trazer hoje, vivendo intensamente um dia de cada vez” (2017, p. 27); e, por fim, o sonhador, menor grupo identificado entre os brasileiros, “um perfil impulsivo, que se joga em um caminho que nem sempre é muito racional” (2017, p. 33).

2.2 Endividamento

O índice de endividados, no Brasil, de acordo com pesquisas, é alarmante e não se restringe apenas às pessoas de baixa renda (CNC, 2017; SPC BRASIL, 2018). A partir de informações apresentadas pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em novembro de 2017, 54,6% de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos estão em situação de endividamento e que essa situação também atinge 54,5% famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos.

Conforme Tolotti (2007, p. 31): “Uma pessoa pode ser considerada endividada quando não consegue cumprir seus compromissos financeiros e possui um atraso que oscila entre 1 e 3 meses”. Já para Marques e Frade (2003, p. 3), “entende-se por endividamento o saldo devedor de um agregado familiar”. Por outro lado, o Caderno de Cidadania Financeira – Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (BCB, 2013:a, BCB, 2013:b, p. 30) explica que “toda vez que consumimos algo e não pagamos naquele exato momento, estamos assumindo uma dívida”. Logo, o problema da maioria das pessoas endividadas, além de controlar o pagamento de suas dívidas, está em reconhecer quando elas ocorrem. Essa falta de conhecimento sobre as dívidas é confirmada em pesquisa do SPC Brasil divulgada em fevereiro de 2018:

Talvez isso ajude a explicar por que sete em cada dez brasileiros **não compreendem corretamente o conceito de endividamento**. Assim, 71,1% dos entrevistados consideram, **erroneamente**, que “**endividado**” é **alguém que está inadimplente**, seja por **ter contas em atraso/sem pagar** (43,4%), seja por **estar com o nome registrado nos serviços de proteção ao crédito** (27,7%, aumentando para 33,3% entre as mulheres). Somente 24,4% **sabem, de fato, o que significa estar endividado: ter parcelas a vencer de compras que foram divididas em prestações ou de empréstimos feitos**. (SPC BRASIL, 2018, p. 5, grifo no original).

Além disso, há tipos diferentes de endividamento: o ativo origina-se nas escolhas inadequadas quanto à administração do dinheiro e, por isso, pode atingir qualquer pessoa;

o passivo acontece quando as dívidas são provocadas por algum motivo fora do controle do indivíduo (doenças, acidentes, desemprego, divórcio, morte etc.) (TOLOTTI, 2007, p. 31). Na perspectiva de Tolotti (2007), também existem diferentes perfis de endividados: o pagador de contas ou escravo, o endividado passivo, o endividado ativo e o sobre endividado. Desses perfis, o sobre endividado encontra-se em pior situação, pois está em falência e, portanto, é incapaz de pagar suas dívidas.

Contudo, este fenômeno não se restringe apenas aos aspectos técnicos. Talvez as maiores consequências e impactos do endividamento encontrem-se na vida pessoal dos endividados. A esse respeito, Tolotti (2007, p. 32) considera-o “um aprisionamento que tira, no mínimo, o sossego, a autoestima e a segurança do devedor”. Corroborando essa visão, Domingos (2013, p. 115) diz: “As dívidas podem nos tornar escravos daqueles a quem devemos”. Vários fatores contribuem para o endividamento pessoal. Entre eles, cita-se “a dificuldade de pagar todas as contas e prestações do mês, somada ao uso frequente do cheque especial e outras dívidas” (CERBASI, 2015, p. 106).

Em relação aos fatores externos, Domingos (2013, p. 42) aponta a influência contundente da mídia sobre os consumidores: “propagandas comerciais, anúncios publicitários e outras estratégias de marketing como slogans e merchandisings, produzidos com o intuito de convencê-lo de que você precisa comprar algo que quase nunca é necessário”.

Para Tolotti (2007, p. 32), o aumento no número dos endividados no Brasil está diretamente relacionado à cultura de endividamento na qual o país está inserido. E, nesse contexto, de acordo com a autora (2007, p. 30), “especialistas apontam como principais causas do endividamento da população a falta de educação financeira, o consumo excessivo e, por último, os baixos rendimentos”. Aliás, o nível insuficiente de conhecimento quanto à educação financeira, em conformidade com um estudo do SPC Brasil (2017), alcança 8 em cada 10 brasileiros, independente de classe social.

2.3 Planejamento e Controle Financeiro Pessoal

Diante do quadro de endividamento em que se encontram muitos brasileiros, conforme dados revelados por pesquisas do SPC Brasil (2014, 2017), do Serasa Experian (2017) e da CNC (2017), torna-se urgente a busca de uma gestão adequada das finanças pessoais. E, nesse sentido, o planejamento financeiro é apontado por diversos autores (CERBASI, 2015; CHEROBIM; ESPEJO, 2011; DOMINGOS, 2013; HOJI, 2011, 2014; PIRES, 2007) como um meio eficiente de levar alguém a administrar melhor os seus recursos, a comprar de maneira consciente e, conseqüentemente, a formar (ou ampliar) seu patrimônio.

Por planejamento financeiro pessoal, compreende-se “a explicitação das formas como vamos viabilizar os recursos necessários para atingir nossos objetivos” (CHEROBIM; ESPEJO, 2011, p. 29). Segundo Pires (2007, p. 35), planejar e controlar as finanças pessoais “são os requisitos operacionais para uma boa gestão financeira, uma vez adquiridos os traços de comportamento que devem ser o pressuposto dessa boa gestão”. Ou seja, a construção de um plano ideal não ocorre de um dia para o outro, pois é resultado de autoconhecimento sobre o uso e o valor do dinheiro, sobre hábitos de consumo e, também, do desenvolvimento de “hábitos adquiridos ao longo da vida” (CHEROBIM; ESPEJO, 2011, p. 52).

O primeiro passo para iniciar um planejamento adequado à realidade de cada pessoa é conhecer a sua situação financeira, saber exatamente o quanto se gasta (CERBASI, 2015; CHEROBIM; ESPEJO, 2011; DOMINGOS, 2013; HOJI, 2011, 2014). E, para que isso ocorra, ao contrário do que se costuma pensar, não são necessários grandes saberes em relação à administração financeira, porque um “planejamento financeiro familiar não exige cálculos complexos, mas sim uma boa dose de disciplina e alguns sacrifícios e renúncias temporárias, que nada mais são do que o *adiamento de consumo*” (HOJI, 2011, p. 24, grifo no original).

Nesse contexto, autores como Cerbasi (2015), Domingos (2013) e Hoji (2011, 2014) sugerem que se façam anotações (em papel ou em planilhas eletrônicas) de todos os gastos realizados por cada membro da família, a fim de identificar os erros, acertos e excessos quanto ao uso do dinheiro. É primordial que se gaste menos do que se ganha. No entanto, isso será mais fácil se a pessoa realmente souber para onde os seus recursos financeiros estão indo. Nesse sentido, entende-se ser importante ter conhecimento sobre os gastos mensais para realizar o controle anotando-os no momento que ocorrerem. No monitoramento é importante diferenciar as receitas e despesas fixas e variáveis.

De acordo com Santos (2014) as despesas se dividem em fixas e variáveis, sendo que as fixas são aquelas que vão ocorrer frequentemente e o valor permanece inalterado, como por exemplo, o aluguel, a parcela de um financiamento, o condomínio, a mensalidade da escola, serviço de internet, etc. As despesas variáveis são aquelas que podem ser reduzidas ou até mesmo cortadas, como os gastos com diversão, roupas e festas, por exemplo. As receitas fixas são aquelas que não variam e são exemplos o salário e honorários, sendo as variáveis rendas que podem ocorrer de forma eventual (SANTOS, 2014).

Logo, a elaboração de um orçamento pode auxiliar muito no processo de planejamento financeiro pessoal, pois consiste em “um instrumento pelo qual as estratégias estabelecidas pelo planejamento poderão ser colocadas em prática” (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008, p. 2). As palavras de Pires (2007, p. 38) corroboram essa ideia: “Apesar de sua extrema simplicidade, a planilha orçamentária é um poderoso instrumento de controle, pela quantidade de informações relevantes que contém e permite visualizar rapidamente”. Em vista disso, a utilização do orçamento doméstico torna-se um caminho acessível para que as pessoas possam controlar seu dinheiro e elaborar um planejamento financeiro apropriado.

2.4 Finanças Pessoais e Educação Financeira

Finanças pessoais, na visão de Cherobim e Espejo (2011, p. 1), “é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família”. Conforme Pires (2007, p. 13), “as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos [...] com a finalidade de obter dinheiro e crédito”.

Para Cerbasi (2015, p. 15), o autoconhecimento em relação à situação financeira é o primeiro e mais importante passo para aqueles que desejam tomar as rédeas de suas finanças. Essa ideia é compartilhada, por Domingos (2013, p. 10): “uma das primeiras orientações que dou para quem quer cuidar melhor do dinheiro é promover uma análise de consciência sobre o uso que vem sendo feito dele até esse momento”. E, nesse sentido, as finanças pessoais e a educação financeira podem oferecer ferramentas capazes de tornar o relacionamento com o

dinheiro mais saudável. Entre tais ferramentas, destacam-se: identificação e conhecimento do próprio perfil financeiro, controle, organização e planejamento.

Uma vez que decisões ligadas às finanças fazem parte do cotidiano, conhecer melhor suas técnicas e aplicá-las pode levar a uma administração mais consciente e adequada dos recursos pessoais (CERBASI, 2015; DOMINGOS, 2013). De acordo com Hoji (2014, p. XVI): “Apesar das dificuldades de compreender os conceitos de Finanças, a maioria das pessoas os utiliza, muitas vezes, sem percebê-los”. Uma maneira de tornar tal processo mais fácil é o conhecimento em educação financeira.

Por educação financeira, segundo García *et al.* (2013, p. 17), em um estudo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) intitulado *La educación financiera em América Latina y el Caribe: Situación actual y perspectivas*, entende-se:

O processo pelo qual os consumidores/investidores financeiros melhoram sua compreensão de produtos financeiros, de conceitos e os riscos, e, através de informação, instrução e/ou assessoria objetiva, desenvolvem as habilidades e confiança para ser mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões conscientes, saber aonde ir para obter ajuda e exercer qualquer ação eficaz para melhorar seu bem-estar econômico (tradução dos autores).

Para Domingos (2013, p. 28): “a educação financeira necessita entrar nas salas de aulas para que novas gerações conscientes possam surgir. Elas serão capazes de enxergar e discernir o que poderão comprar sem comprometer a saúde financeira”. Apesar de, no Brasil, a educação financeira ainda não estar presente oficialmente nos currículos escolares, com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, criada a partir do Decreto Federal 7.397 (BRASIL, 2010), revisto pelo Decreto 10.393 (BRASIL, 2020), é prevista a sua inclusão em sala de aula como tema transversal e, mais recentemente, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), torna-se tema integrante da disciplina de matemática nos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2017).

Essas ações de inserção da educação financeira nas escolas podem representar, futuramente, uma mudança na relação dos brasileiros com o dinheiro. Pessoas educadas financeiramente têm mais capacidade de diferenciar o necessário do supérfluo, de utilizar cartão de crédito sem comprometer seus recursos e de resistir à influência de “centenas de agentes externos que tentam ditar a moda, os costumes e os hábitos” (DOMINGOS, 2013, p. 42). Além desses benefícios, o Caderno de Cidadania Financeira – Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (BCB, 2013:a, BCB, 2013:b, p. 13), destaca o fato de a educação financeira:

Possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor.

Promover a educação financeira dos brasileiros também pode influenciar “o desenvolvimento social e econômico do país, proporcionando aos cidadãos habilidades e competências indispensáveis para planejar, administrar sua renda, poupar, investir e compreender seus direitos” (TEIXEIRA, 2015, p. 2).

Tendo em vista o referencial teórico, como possíveis respostas para o problema de pesquisa surge a hipótese central: os professores mais endividados não realizam planejamento financeiro. Como hipóteses complementares temos: o conhecimento dos respondentes a respeito

de educação financeira e finanças pessoais é básico ou limitado; alguns perfis financeiros são mais propensos ao endividamento.

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo, de natureza aplicada, tem como objetivo analisar a relação entre o perfil financeiro e a propensão ao endividamento dos professores da rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS). Conforme Silva e Menezes (2005, p. 20), uma pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos”. Quanto à finalidade, trata-se de uma pesquisa descritiva. Tais pesquisas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Por se tratar de uma investigação de caráter descritivo, que busca delimitar as características de um grupo, relacionando variáveis como perfil financeiro e propensão ao endividamento, o levantamento foi utilizado como estratégia de pesquisa. Esse procedimento técnico configura-se, segundo Gil (2008, p. 55), “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Ainda de acordo com o autor (2008, p. 55), convém salientar que: “Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada”.

Em relação à população, houve a necessidade de se definir a amostra deste estudo, “uma parcela convenientemente selecionada do universo” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 178), da qual fazem parte professores da rede municipal de ensino de Capão do Leão (RS). Por meio de contato telefônico com servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, descobriu-se que 343 professores compõem a rede e que 245 estão em pleno exercício de sua função. Porém, o número exato de docentes não é possível estimar, devido ao fato de os mesmos serem computados por matrícula e não per capita. Logo, um único professor pode ser contado duas vezes caso tenha assumido no município nas séries iniciais e nas séries finais do ensino fundamental. Por tais particularidades da população-alvo dessa investigação, optou-se por trabalhar somente com os servidores em atividade. Em função da dificuldade no acesso a todos os estabelecimentos de ensino, fez-se necessário determinar a amostragem de forma não probabilística e por conveniência.

Definida a amostra, para alcançar os objetivos propostos, a coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, com perguntas fechadas. Conforme Gil (2008, p.121), o questionário é uma ferramenta de investigação formada “por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, [...], etc.”. Como outros instrumentos de pesquisa, o questionário apresenta limitações e vantagens em sua utilização e, para construí-lo, deve-se levar em consideração o objetivo geral e os objetivos específicos: “Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas” (GIL, 2008, p. 121). No que diz respeito às perguntas fechadas, tratam-se daquelas “cujas possíveis respostas são definidas por antecipação” (ALYRIO, 2009, p. 209).

Nesse sentido, o questionário utilizado nesta pesquisa está dividido em duas partes: uma contendo sete questões referentes a informações pessoais (gênero, idade, estado civil, nível de atuação na rede de ensino, área de atuação, nível de escolaridade e renda mensal) e outra apresentando vinte e duas questões específicas (dezesesseis questões voltadas ao objetivo

específico que trata de planejamento financeiro pessoal e seis questões direcionadas ao objetivo específico sobre educação financeira), redigidas de maneira afirmativa. As questões e o respectivo embasamento teórico utilizado na elaboração desse instrumento são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Síntese das questões e autores do instrumento de coleta de dados

Questões	Autores
1, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 22	Conto, <i>et al.</i> (2015)
2, 3, 4, 10, 11, 15, 20	Cherobim e Espejo (2011), Domingos (2013), Tolotti (2007)
6, 17, 21	Marcon, <i>et al.</i> (2017), Gomes (2015)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para a mensuração das questões, optou-se pela escala de Likert, “declaração apresentada ao respondente para que ele diga em que medida concorda, ou discorda” (VIEIRA, 2009, p. 72), empregando-se uma escala de cinco pontos com o intuito de haver um ponto neutro. Em seguida, o questionário foi gerado por meio do aplicativo *Google Forms* e, a fim de verificar sua aplicabilidade e viabilidade, realizou-se um pré-teste entre os dias 8 e 12 de maio de 2018. Vinte e dois professores, atuantes na cidade de Capão do Leão, foram contatados via redes sociais para responder ao questionário prévio, o qual nessa fase contou com uma pergunta aberta, para que os respondentes deixassem comentários ou sugestões acerca das questões. Com base nas respostas obtidas no pré-teste, ajustou-se o instrumento e teve início o período de coleta de dados, que transcorreu entre 15 de maio e 12 de junho de 2018.

Em um primeiro momento, tentou-se aplicar o questionário pela internet, mas devido à baixa taxa de respostas, os instrumentos foram impressos e aplicados diretamente aos respondentes e também enviados por e-mail, para todas as escolas do município. Em razão de, ainda assim, a taxa de devolução dos questionários não ter aumentado significativamente, geraram-se mais cópias, as quais foram enviadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, porém não foram entregues às escolas.

A partir das dificuldades encontradas (escolas muito distantes umas das outras, grande número de respondentes, desconfiança dos professores a respeito do tema, paralisação nacional dos caminhoneiros, etc.), ao final do estágio de coleta de dados, foram alcançados 78 resultados, sendo 75 válidos e 3 nulos, por não terem sido completamente preenchidos. Logo, a amostra previamente definida não foi atingida. Mesmo assim, aplicando-se as fórmulas para amostra aleatória simples (BARBETTA, 2012, p. 54), percebe-se que o intervalo de confiança se aproxima de 90%, enquanto a margem de erro fica em torno de 10%.

Uma vez que as informações obtidas, por meio do instrumento de pesquisa, foram mensuradas quantitativamente, esse estudo tem abordagem quantitativa. Na visão de Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), a pesquisa do tipo quantitativa “tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”. Para Silva e Menezes (2005, p. 20), uma pesquisa quantitativa almeja “traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Portanto, em relação à análise dos dados, optou-se por unir o aporte teórico a uma técnica pertencente à estatística descritiva: a distribuição de frequência.

Segundo Ramos (2017, n. p.) – estatístico e conselheiro do Conselho Regional de Estatística da 4ª Região (CONRE-4), que abrange os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina –, uma distribuição de frequência “compreende a organização dos dados de acordo

com as ocorrências dos diferentes resultados observados para cada variável [os quais] podem ser resumidos e visualizados por meio de tabelas e gráficos”. Em um texto publicado no blog O estatístico, Ramos defende a utilização desse procedimento, o qual, atualmente, costuma ser menosprezado pelos estudiosos, graças à existência de variados *softwares* estatísticos que geram análises complexas e avançadas. Nas palavras dele: “Uma simples análise da distribuição de frequências tem muito valor. Utilize-a!” (RAMOS, 2017, n. p.). Para este fim, as informações coletadas foram tabuladas com o auxílio dos programas *Microsoft Excel 2010* (utilizado para criar os gráficos) e *IBM SPSS Statistics 23* (empregado para gerar as tabelas de distribuição de frequência).

4 Apresentação e Análise dos Dados

Após a geração das frequências alusivas aos resultados quanto às variáveis que compõem o questionário, dividiu-se este tópico em cinco partes, com o propósito de tornar a análise mais clara. A primeira delas abrange a caracterização da amostra com base nos resultados mais relevantes sobre gênero, faixa etária, estado civil, nível e área de atuação, nível de escolaridade e renda mensal. A segunda e a terceira buscam, respectivamente, verificar se os professores têm o hábito de realizar algum tipo de planejamento e identificar se eles reconhecem o planejamento financeiro pessoal como um meio de possibilitar um melhor controle das finanças. Já na quarta seção, têm-se o intuito de averiguar o nível de conhecimento dos respondentes em relação à educação financeira. Por fim, a quinta e última parte refere-se ao objetivo geral deste estudo: analisar a relação entre o perfil financeiro e a propensão ao endividamento dos professores da rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS).

4.1 Caracterização da Amostra

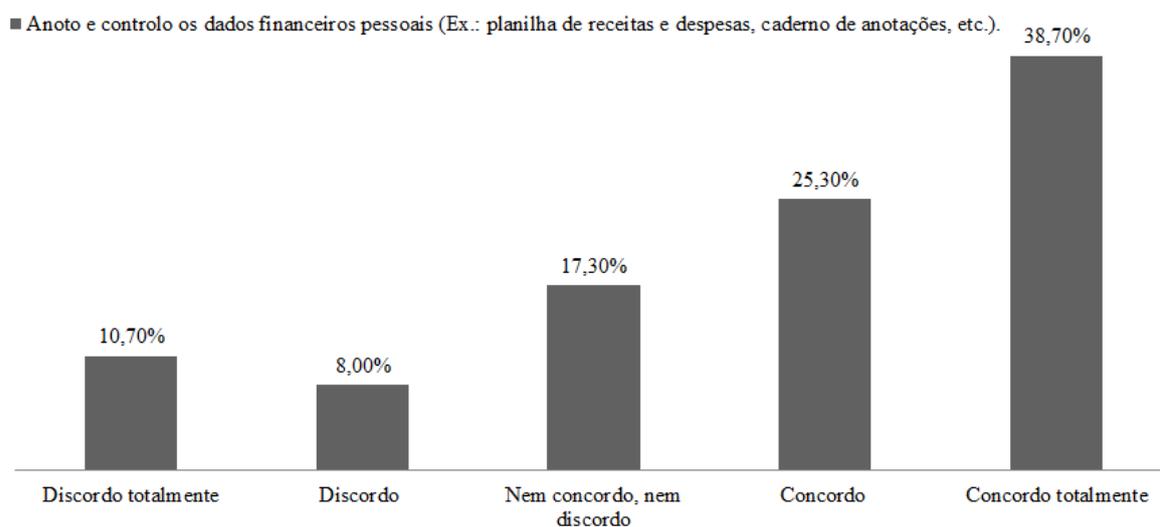
A rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS) é formada, atualmente, por 245 professores em pleno exercício da função, distribuídos em 13 escolas, sendo 10 de ensino fundamental e 3 unidades de educação infantil. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, essa rede alcançou nota 5,64 nas séries iniciais e 5,29 nas séries finais, aproximando-se da nota máxima 6,0 e demonstrando o seu crescimento no que concerne às metas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018).

Os dados para a caracterização da amostra foram obtidos com 75 respondentes, entre os quais, 88% pertencem ao gênero feminino; 61,3% têm entre 41 e 60 anos; 41,3% são casados; 45,3% atuam nas séries finais e 34,7% nas séries iniciais do ensino fundamental; 68% possuem especialização, e 62,7% apresentam renda mensal acima de um mil e novecentos e oito reais. As informações referentes ao gênero e à faixa etária estão em consonância com o Censo Escolar da Educação Básica 2017, que revelou a predominância de mulheres acima dos 40 anos (52,2%) tanto na educação infantil como no ensino fundamental e médio (INEP, 2017, p. 15). Quanto ao nível de escolaridade, a mesma pesquisa divulgou que 78,4% dos profissionais da educação básica no Brasil contam com ensino superior completo. Logo, devido à sua formação, os professores pertencentes à população-alvo desta pesquisa, contam com uma acentuada vantagem se comparados a tais profissionais.

4.2 Hábito do Planejamento Financeiro

Para verificar se os professores têm o hábito de realizar algum tipo de planejamento, foram comparadas e analisadas as respostas das questões 1 a 16. Nesse contexto, 58,7% dos respondentes consideram o seu salário insuficiente para cobrir os gastos mensais. No entanto, 45,4% estão satisfeitos com o sistema atual de controle de seu dinheiro; 66,7% têm noção exata do montante da renda comprometido com as suas despesas fixas; 65,3% não possuem prestações em atraso; 66,7% não utilizam o cheque especial; 58,7% não contraíram nenhum tipo de empréstimo; 88% identificam a existência de juros ao comprar um produto a crédito; 53,3% estabelecem metas financeiras que influenciam na administração da renda mensal, e, ainda, 77,4% preocupam-se em gerenciar melhor os seus rendimentos. Tais informações evidenciam a existência de alguma forma de controle por parte dos entrevistados, corroborando o resultado obtido na questão central a respeito de planejamento financeiro, conforme ilustrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Controle dos dados financeiros pessoais



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base no mesmo grupo de questões, também foi possível comprovar uma das hipóteses iniciais deste estudo: os professores mais endividados não realizam planejamento financeiro. Entre aqueles que responderam discordo totalmente e discordo, ao serem indagados sobre o costume de anotar e controlar os dados referentes às finanças pessoais, 76,9% estão insatisfeitos com o controle de seu dinheiro e recorreram a empréstimo nos últimos 12 meses; 53,9% compram por impulso; 38,5% não conhecem o valor comprometido com despesas fixas mensais, e, o número mais alarmante, 84,6% usam o limite do cheque especial regularmente.

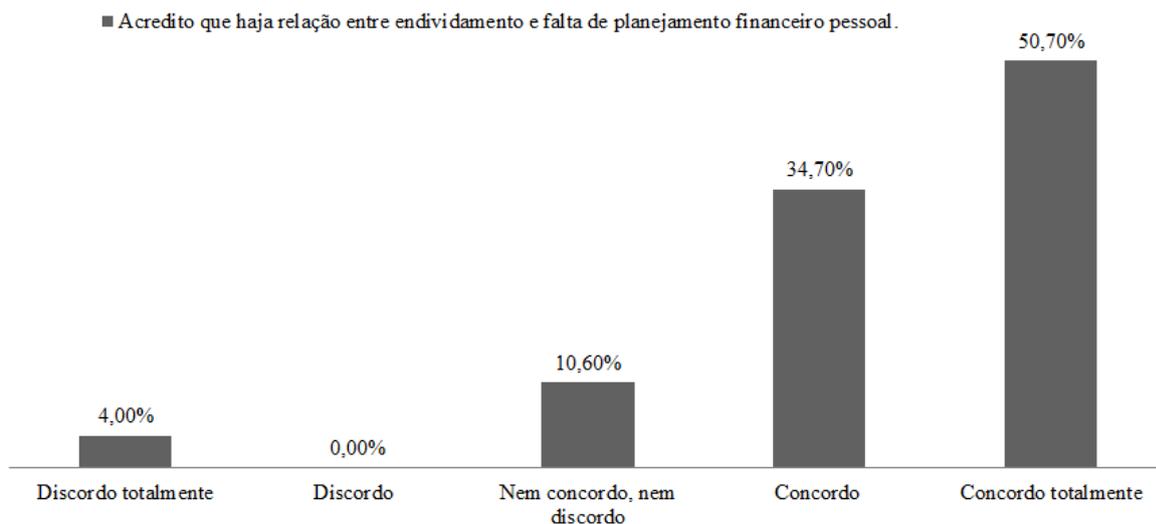
Esse Gráfico 1 aproxima-se do que foi revelado por um estudo recente do SPC Brasil (2018, p.1): “O consumidor médio brasileiro gasta mais do que ganha, não guarda dinheiro e tampouco planeja o próprio futuro, tanto que oito em cada dez entrevistados (81%) têm pouco ou nenhum conhecimento sobre como fazer o controle das despesas pessoais”. Quanto às prestações, 53,9% desses respondentes atrasaram algum pagamento, um número que está acima do percentual de 25,8% encontrado entre as famílias brasileiras somente no mês de novembro de 2017 (CNC, 2017, p. 2), mas abaixo do percentual de 70% referente às pessoas que deixaram de

pagar alguma conta ou as pagaram com atraso em relação a todo o ano de 2017 (SPC BRASIL, 2018, p. 1). Além disso, o comportamento de risco desses professores a respeito de suas finanças os insere na cultura de endividamento (TOLOTTI, 2007) vivenciada no país.

4.3 Planejamento Financeiro Pessoal como Ferramenta na Gestão do Dinheiro

A ausência de planejamento é considerada uma das causas decisivas para o cenário de endividamento encontrado no Brasil (HOJI, 2011; CHEROBIM; ESPEJO, 2011). A fim de identificar se os professores que compõem a amostra desta pesquisa o reconhecem como um meio de possibilitar um melhor controle dos seus proventos, foram cotejadas as questões de número 1 a 6 e as de número 13 a 16. Além dos resultados elencados na seção anterior, convém destacar que 56,7% dos respondentes acreditam ter conhecimento suficiente para elaborar um orçamento financeiro pessoal e que 46,6% pensam em investir o seu dinheiro. Os dados obtidos na questão principal, para o reconhecimento do planejamento financeiro pessoal como uma ferramenta eficiente para uma gestão adequada das finanças pessoais, são apresentados no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Relação entre endividamento e ausência de planejamento financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

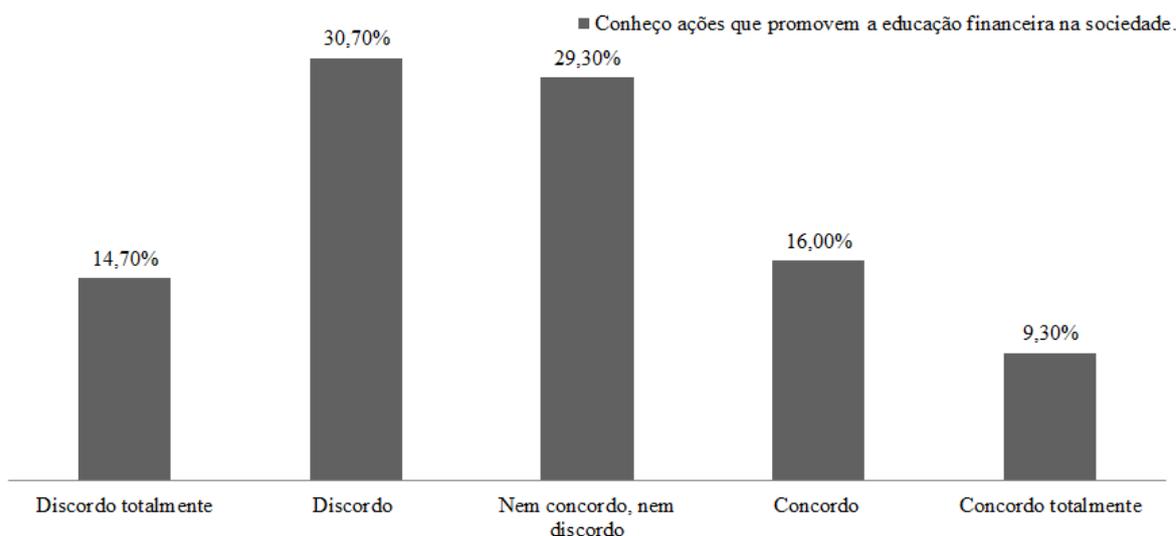
A junção dessas informações deixa claro que a maioria dos respondentes reconhece o valor dessa ferramenta na administração das finanças pessoais. E, nesse sentido, diferem dos professores observados em uma escola pública na cidade de Valparaíso de Goiás (GO), dentre os quais, 52% afirmam não ter nenhum tipo de controle de seus proventos (GOMES, 2015, p. 9) e, também, dos docentes de uma instituição de ensino municipal de Campo Formoso (BA), dentre os quais, 43% não controlam suas finanças (MOREIRA; CARVALHO, 2013, p. 133).

4.4 Conhecimento em Educação Financeira

Com a intenção de averiguar o nível de conhecimento dos professores em relação à educação financeira, analisaram-se as respostas das questões de número 17 a 22. Apesar de

90,7% dos respondentes considerarem o ensino da educação financeira pessoal relevante para a formação do cidadão brasileiro, 44% acreditam que não deve ser responsabilidade exclusiva da escola. Além disso, 60% afirmam ter recebido orientação por parte da família e somente 13,3% como forma de capacitação profissional. No entanto, a maioria não consegue identificar, na sociedade, ações que visem educar financeiramente, como pode ser observado no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Conhecimento sobre ações de promoção à educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Mesmo com a existência da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF desde 2010 e com a previsão da obrigatoriedade dessa cadeira nas séries finais do ensino fundamental a partir da BNCC (BRASIL, 2017:a), além da divulgação de diversas estratégias na área, em *sites* como Vida e Dinheiro (BRASIL, 2017:b, c, d), poucos docentes demonstraram ter ciência de tais ações. Neste aspecto, assemelham-se aos 81% dos entrevistados no estudo do SPC Brasil de 2017 que demonstraram falta de conhecimento em educação financeira. Porém, indagados se seria possível trabalhar assuntos ligados a esse eixo temático na matéria em que lecionam, 38,7% dos professores da rede municipal do Capão do Leão (RS) responderam concordo e 29,3%, concordo totalmente. Esses números tornam-se ainda mais expressivos quando se observa que tal disponibilidade está presente não só entre os profissionais da área de matemática, mas também em disciplinas que, aparentemente, não têm afinidade com o assunto, como português, história, filosofia, artes e educação física.

Nesse sentido, a hipótese inicial sobre o conhecimento dos respondentes ser básico ou limitado confirma-se apenas parcialmente. Ainda assim, as informações obtidas mostram a urgência de se investir na formação desses profissionais, pois, segundo Marcon, *et al.* (2017, p. 6), torna-se “necessário que os professores multiplicadores tenham conhecimento e habilidades para administrar suas finanças, para socializar tal conhecimento com os estudantes e demais pessoas à sua volta”. De acordo com Domingos (2013, p. 143): “Ao aprender e praticar a educação financeira, certamente você se tornará apto a passar os ensinamentos para outras pessoas”.

4.5 Perfil dos Professores quanto à Propensão ao Endividamento

A partir das análises anteriores e com base no estudo conjunto da ANBIMA e da consultoria Na Rua (ANBIMA, 2017), tornou-se possível delimitar dois comportamentos que se sobressaíram entre os professores que compuseram a amostra desta pesquisa. Entre os 64% que têm o hábito do planejamento financeiro estão aqueles com atitudes mais adequadas em relação à administração das finanças pessoais: gastam menos do que recebem; conhecem o montante da renda comprometido com as despesas fixas mensais; comparam preços; evitam comprar por impulso; não possuem prestações em atraso; não utilizam o cheque especial; não precisam de nenhum tipo de empréstimo; identificam a existência de juros nas compras a crédito; estabelecem metas financeiras; pensam em investir, e preocupam-se em gerenciar melhor os seus proventos. Tal comportamento, assemelha-se ao perfil denominado construtor, “o mais disciplinado entre todos os perfis” (ANBIMA, 2017, p. 10), que tem como características principais o controle, a organização, o viver no presente, a perseverança, a prevenção e o fato de não se incomodar em poupar um pouco de cada vez. Nesse sentido, têm menos propensão ao endividamento (ANBIMA, 2017).

Por sua vez, o segundo comportamento evidenciado entre os respondentes é aquele pertencente aos 18,7% que não costumam anotar nem controlar seus gastos e despesas e, que, conseqüentemente, tomam decisões equivocadas em relação às suas finanças, aproximando-se do perfil despreocupado. Esse estilo de lidar com o dinheiro é marcado pelas compras sem planejamento, por não pensar em poupar e por não ter “prazer em lidar com atividades financeiras, nem com o banco” (ANBIMA, 2017, p. 28). Em vista disso, são fortes candidatos às dívidas ativas (TOLOTTI, 2007). Esses dados confirmam, portanto, a hipótese de alguns perfis financeiros serem mais propensos ao endividamento do que outros.

5 Considerações finais

Tendo em vista os dados apresentados por Tolotti (2007), há um há um aumento do número de pessoas endividadas no Brasil, o que soa de forma alarmante sobretudo porque ocorre em todas as classes sociais, reforçando a cultura do endividamento existente no país. Sobretudo, como tentativa de reverter este quadro, os cidadãos brasileiros devem ter acesso à formação em finanças pessoais desde as séries iniciais do ensino fundamental.

Pessoas educadas financeiramente são mais conscientes quanto ao consumo, à poupança e aos investimentos, movimentando a economia por meio de um relacionamento saudável com as instituições que formam o mercado financeiro. Os professores possuem papel fundamental no apoio e incentivo por esta formação dos seus alunos. Os professores possuem papel fundamental no apoio e incentivo para esta formação dos seus alunos.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo foi analisar a relação entre o perfil financeiro e a propensão ao endividamento dos professores da rede municipal de ensino do Capão do Leão (RS). A partir da análise dos resultados, descobriu-se a predominância de dois comportamentos dos docentes quanto às finanças: o construtor e o despreocupado. O perfil construtor é disciplinado, controlado e organizado. Tais características puderam ser observadas nos hábitos de 64% dos respondentes, os quais realizam planejamento, gastam menos do que recebem, conhecem o montante da sua renda comprometido com as despesas fixas pessoais, comparam

preços, evitam comprar por impulso, identificam a existência de juros em compras a prazo, estabelecem metas financeiras, pensam em investir, preocupam-se em gerenciar melhor os seus proventos, não utilizam o limite do cheque especial e não necessitam de empréstimos.

Por outro lado, o perfil despreocupado é aquele marcado pela falta de planejamento e foi evidenciado nas seguintes atitudes de 18,7% dos professores: não costumam anotar e nem controlar seus gastos e despesas, compram por impulso, tomam decisões equivocadas sobre o dinheiro e não gostam de lidar com atividades financeiras nem com os bancos. Assim, os despreocupados têm mais tendência às dívidas do que os construtores, comprovando a hipótese de que alguns perfis são mais propensos ao endividamento que outros. A respeito dos 17,3% restantes, não se tornou possível identificar com precisão um perfil financeiro específico, devido à concentração de respostas em área neutra (nem concordo, nem discordo).

No que concerne ao hábito do planejamento financeiro, constatou-se que a maioria dos respondentes realiza algum tipo de controle do seu dinheiro e reconhecem tal instrumento como um meio eficiente para uma gestão satisfatória dos seus proventos, uma vez que 58,7% consideram o salário insuficiente para cobrir os gastos mensais. Além disso, os professores que não planejam suas finanças estão mais endividados. Entretanto, quando questionados sobre educação financeira, apesar de demonstrarem algum conhecimento, o qual, para a maior parte deles, foi transmitido por suas famílias, ainda carecem de instruções mais consistentes a fim de se converterem em multiplicadores. Nesse aspecto, confirma-se de maneira parcial a ideia de ser básico ou limitado o conhecimento dos docentes sobre o assunto.

Uma das limitações deste estudo refere-se à amostra ser não probabilística. Outra diz respeito ao número de respondentes alcançados, o qual foi inferior ao inicialmente estimado. Dessa forma, os resultados obtidos devem ser considerados apenas para a população em foco, não podendo ser generalizados para professores pertencentes às demais redes de ensino da região sul. Contudo, espera-se ter oferecido subsídios e informações a fim de ações voltadas à capacitação em educação financeira serem implantadas no ambiente onde a pesquisa foi realizada. Para que tais medidas obtenham sucesso, surge a demanda de pessoal capacitado com a finalidade de planejá-las, estabelecê-las e avaliá-las. Convém analisar o contexto da gestão escolar, pois, somente com uma administração e supervisão adequadas, os docentes poderão tornar-se agentes disseminadores de assuntos ligados às finanças pessoais. Logo, antes de tal área do conhecimento ser inserida nas escolas, é necessário conhecer a maneira como os professores, diretores e supervisores relacionam-se com o dinheiro.

Finalmente, como sugestão de estudos futuros recomenda-se outras investigações alusivas ao tema, com o mesmo público-alvo, em outros municípios, bem como um estudo mais aprofundado para verificar o porquê do comportamento financeiro dos docentes do Capão do Leão. Ou ainda, uma pesquisa para avaliar o letramento financeiro, mensurando atitudes, conhecimentos e comportamentos financeiros de servidores públicos.

Referências

ALYRIO, Rovigati Danilo. *Métodos e técnicas de pesquisa em administração*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ANBIMA; NA RUA. *A trajetória financeira do brasileiro*. 2017. Disponível em: <<http://www.anbima.com.br/data/files/76/83/F1/CF/9297F5108901E1F599A80AC2/Relatorio-A-trajetoria-financeira-do-brasileiro.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2018.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 8. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de Cidadania Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf> Acesso em: 20 nov. 2017:a.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf> Acesso em: 20 nov. 2017:b.

BRASIL. *Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020*. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: 2017:a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017pdf&Itemid=30192> Acesso em 20 fev. 2018.

BRASIL. Vida e dinheiro. *Educação financeira*. 2017:b. Disponível em: <<http://www.vidaed dinheiro.gov.br>> Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. Vida e dinheiro. *Plano Diretor ENEF*. 2017:d. Disponível em: <http://www.vidaed dinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf> Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Vida e dinheiro. *Quem somos*. 2017:c. Disponível em: <http://www.vidaed dinheiro.gov.br/quemsomos/?doing_wp_cron=1513130260.29420208930969223828125> Acesso em: 12 dez. 2017.

CERBASI, Gustavo. *Como organizar sua vida financeira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi; ESPEJO, Márcia Maria Bortolucci. (Orgs.) *Finanças pessoais: conhecer para enriquecer*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CNC - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. SESC/SENAC. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – nov., 2017*. Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/>>

pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--36> Acesso em: 6 dez. 2017

CONTO, et al. O comportamento de alunos do ensino médio do Vale do Taquari em relação às finanças pessoais. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*; Florianópolis; v. 8; n. 2; maio/ago. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*; Florianópolis; v. 8; n. 2; mai./ago.; 2015. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/2602>> Acesso em: 14 out. 2017.

DOMINGOS, Reinaldo. *Sabedoria financeira: o milagre da multiplicação de seus recursos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2013.

GARCÍA, Nidia, et al. *La educación financiera em América Latina y el Caribe: Situación actual y perspectivas*. Caracas: Corporación Andina de Fomento, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD_CAF_Financial_Education_Latin_AmericaES.pdf> Acesso em: 18 fev. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.) *Método de pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Mislene Rodrigues de Aguiar. *Finanças Pessoais: Estudo de caso com os professores de uma escola pública de ensino*. 2015. 16 f. Monografia (Pós-Graduação em Especialista em Administração Financeira) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015. Acesso em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/10869/5799>> Acesso em: 13 dez. 2017.

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. *I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf> Acesso em: 6 dez. 2017.

HOJI, Masakazu. *Administração financeira na prática: guia da educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HOJI, Masakazu. *Finanças da família: o caminho para a independência financeira*. 3. ed. São Paulo: Cia. dos Livros, 2011.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2017. *Censo Escolar 2017: Notas Estatísticas*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf> Acesso em: 27 jun. 2018 SERASA EXPER INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018. *Capão do Leão: Ideb 2015*. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/163-capao-do-leao/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2015>> Acesso em: 26 jun. 2018.

- MARCON, Domingos Pignatelli, *et al.* Educação financeira para professores da rede pública estadual. 2017. *XXVIII ENANGRAD - Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração*, 2017, Brasília. Disponível em: <www.enangrad.org.br/pdf/2017_ENANGRAD422.pdf> Acesso em: 14 fev. 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARQUES, Maria Leitão Manuel; FRADE, Catarina. *Regular o sobre endividamento*. Coimbra: Faculdade de Economia/Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: <<http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria/downloadFile/file/MMLM.pdf?nocache=1210675423.37>> Acesso em: 13 dez. 2017.
- MOREIRA, Romilson do Carmo; CARVALHO, Henrique de; CARVALHO, Henrique Levi Freitas de. As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de campo Formoso-BA: Um estudo na Escola José de Anchieta. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 1, p. 122-137, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37835/as-financas-pessoais-dos-professores-da-rede-municipal-de-ensino-de-campo-formoso-ba--um-estudo-na-escola-jose-de-anchieta/i/pt-br>. Acesso em: 12 dez. 2017
- PIRES, Valdemir. *Finanças pessoais: fundamentos e dicas*. Piracicaba: Edição do Autor, 2007.
- RAMOS, Raniere. *O Valor da Distribuição de Frequência*. 2017. Disponível em: <<https://oestatistico.com.br/distribuicao-frequencia/>> Acesso em: 24 jun. 2018.
- SANTOS, J. O. dos. *Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático*. São Paulo: Atlas, 2014.
- SERASA EXPERIAN. *Indicadores econômicos*. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/>> Acesso em: 5 dez. 2017.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- SPC BRASIL - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito Brasil. *Endividamento e impactos nas finanças do consumidor*. Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://spcbrasil.org.br/Análise_Endividamento_e_Impactos_nas_Financas_do_Consumidor.pdf> Acesso em: 21 fev. 2018.
- SPC BRASIL - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito Brasil. *Endividamento e impactos nas finanças do consumidor*. Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://spcbrasil.org.br/Análise_Endividamento_e_Impactos_nas_Financas_do_Consumidor.pdf> Acesso em: 21 fev. 2018.
- SPC BRASIL - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito Brasil. *Oito em cada dez brasileiros não sabem como controlar as próprias despesas, mostra estudo do SPC Brasil*. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas>> Acesso em: 6 dez. 2017.
- SPC BRASIL - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito Brasil. *Pesquisa de Educação Financeira SPC Brasil*. Disponível em: <<http://meubolsofeliz.com.br/pesquisas/oito-em-cada->

dez-brasileiros-nao-sabem-como-controlar-as-proprias-despesas-mostra-estudo-do-spc-brasil/>
Acesso em: 6 dez. 2017.

SPC BRASIL - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito Brasil. *Pesquisa de Educação Financeira SPC Brasil*. Disponível em: <<http://meubolsofeliz.com.br/oito-em-cada-dez-brasileiros-nao-sabem-como-controlar-as-proprias-despesas-mostra-estudo-do-spc-brasil/>>
Acesso em: 6 dez. 2017.

TEIXEIRA, Daniela Flores. Educação financeira nas séries iniciais: saberes docentes. In: *Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós Graduação em Educação Matemática – EBRAPEM. 2015, Juiz de Fora. In: Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós graduação em Educação Matemática - EBRAPEM, 2015, Juiz de Fora. Educação financeira nas séries iniciais: saberes docentes, 2015. Disponível em: < http://www.ufjf.br/ebrapem2015/files/2015/10/Daniela_Flores_Teixeira.pdf> Acesso em: 12 dez. 2017.*

TOLOTTI, Márcia. *As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VIEIRA, Sonia. *Como elaborar questionários*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.